

Janine Silva Cabral Luchesi

Janine Silva Cabral Luchesi

**A COEXISTÊNCIA  
ENTRE A FALÊNCIA  
E A ARBITRAGEM  
E SEUS EFEITOS**

**FORUM**

# **A COEXISTÊNCIA ENTRE A FALÊNCIA E A ARBITRAGEM E SEUS EFEITOS**

**Área específica**

**DIREITO EMPRESARIAL**

**Áreas afins**

**DIREITO FALIMENTAR. ARBITRAGEM**

**Público-alvo/consumidores**

**ADVOGADOS, MAGISTRADOS,  
ADMINISTRADOR JUDICIAL  
E ESTUDANTES DE DIREITO.**

A aversão às perdas e a busca incessante pela minimização de prejuízos fazem com que a falência seja um dos mais relevantes acontecimentos para o mercado, trazendo graves consequências para todas as partes envolvidas. A evidente morosidade da justiça estatal vem realçando, cada vez mais, a arbitragem como importante instrumento de resolução de conflitos. A presente obra é resultado de uma reflexão sobre a possível harmonia entre a falência e a arbitragem e como esses institutos podem ou não coexistir apresentando alternativas inspiradas, inclusive, no *Dispute Resolution Board*.

**FORMATO: 14,5 X 21,5 cm  
CÓDIGO: 10001821**

L936c

Luchesi, Janine Silva Cabral

A coexistência entre a falência e a arbitragem e seus efeitos / Janine Silva Cabral Luchesi (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

123 p; 14,5x21,5cm

ISBN: 978-65-5518-095-4

1. Direito Empresarial. 2. Direito Falimentar. 3. Arbitragem. I. Título.

CDD 347.7

CDU 347

**Janine Silva Cabral Luchesi** é Mestre em Direito de Empresa (PUC Minas 2015-2017). MBA em Auditoria Interna e Práticas de *Compliance* (PUC Minas 2019-2020). Especialização em Direito Empresarial (PUC Minas 2006). Advogada. Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Empresarial e Governança Corporativa. Graduada também em Jornalismo (PUC Minas 1997).

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 2	
ARBITRAGEM .....	13
2.1 Métodos negociais versus jurisdicionais .....	13
2.2 A teoria publicista .....	17
2.3 O caráter jurisdicional da arbitragem .....	19
2.4 Princípios norteadores da arbitragem.....	21
CAPÍTULO 3	
FALÊNCIA.....	27
3.1 Breves considerações .....	27
3.2 Princípios norteadores da falência .....	31
3.2.1 Otimização dos fatores de produção.....	31
3.2.2 O princípio da preservação da empresa .....	33
3.2.3 Princípio da universalidade .....	34
3.2.4 Princípio do <i>par conditio creditorum</i> .....	36
3.3 As três fases do processo falimentar .....	37
CAPÍTULO 4	
A FALÊNCIA E O PROCEDIMENTO ARBITRAL .....	39
4.1 Considerações iniciais .....	39
4.2 A falência e a arbitrabilidade objetiva e subjetiva .....	41
4.3 O dever de informação e o sigilo .....	50
4.4 O sigilo e o Ministério Público .....	63
4.5 A alternativa inspirada no <i>Dispute Resolution Board</i> .....	66
4.5.1 O interesse do minoritário e o interesse do credor .....	71
CAPÍTULO 5	
EFEITOS DA FALÊNCIA SOBRE O PROCEDIMENTO ARBITRAL JÁ EM CURSO OU INICIADO DURANTE O PROCESSO FALIMENTAR .....	75
5.1 Competência da massa falida para compor a lide .....	75
5.2 Disponibilidade dos bens.....	81
5.3 Ausência de anuência do comitê de credores .....	82
CAPÍTULO 6	
A CELEBRAÇÃO DE CONVENÇÃO ARBITRAL APÓS A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA .....	87
6.1 Competência do administrador judicial e disponibilidade dos bens .....	87
6.2 Anuência judicial ou dos credores .....	89
6.3 Vício na manifestação da vontade.....	92
CAPÍTULO 7	
HABILITAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL .....	99
7.1 A sentença arbitral e sua natureza.....	99
7.2 Executividade .....	102
7.3 Habilitação e classificação do crédito.....	105
CAPÍTULO 8	
CONCLUSÃO .....	113
REFERÊNCIAS .....	119